

INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO POR MEIO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA

INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: ASSESSMENT AND INTERVENTION THROUGH APPLIED BEHAVIOR ANALYSIS

INCLUSIÓN DE ALUMNOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA EN LA EDUCACIÓN INFANTIL: EVALUACIÓN E INTERVENCIÓN A TRAVÉS DEL ANÁLISIS DE LA CONDUCTA APLICADA

Ana Claudia Ivens de Araujo¹

RESUMO: Esse artigo buscou analisar a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil, com foco nos processos de avaliação e nas intervenções fundamentadas na Análise do Comportamento Aplicada (ABA). O objetivo central foi compreender como práticas pedagógicas inclusivas podem favorecer a participação efetiva e o desenvolvimento integral dessas crianças no ambiente escolar. O estudo adotou uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico, utilizando como base livros, artigos científicos e documentos normativos da educação inclusiva. Os resultados apontaram que a avaliação contínua é essencial para identificar potencialidades e necessidades, permitindo ajustes pedagógicos adequados. Evidenciou-se também que a ABA contribui significativamente para o desenvolvimento das habilidades sociais, comunicativas e acadêmicas, oferecendo suporte prático aos professores da educação infantil. A pesquisa destacou ainda a importância da formação docente, da participação das famílias e do compromisso da gestão escolar na construção de ambientes inclusivos. Conclui-se que a inclusão de alunos com TEA não deve ser vista como ato isolado, mas como processo coletivo e permanente, capaz de transformar a escola em espaço democrático, acolhedor e comprometido com a diversidade.

495

Palavras-chave: Inclusão. Autismo. Educação Infantil.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder in early childhood education, focusing on assessment processes and interventions based on Applied Behavior Analysis (ABA). The main objective was to understand how inclusive pedagogical practices can foster the effective participation and overall development of these children in the school environment. The study adopted a qualitative bibliographic approach, using books, scientific articles, and normative documents on inclusive education as its basis. The results indicated that continuous assessment is essential to identify strengths and needs, allowing appropriate pedagogical adjustments. It was also evidenced that ABA significantly contributes to the development of social, communicative, and academic skills, providing practical support to early childhood teachers. The research also highlighted the importance of teacher training, family participation, and school management commitment in building inclusive environments. It is concluded that the inclusion of students with ASD should not be seen as an isolated act, but as a collective and permanent process capable of transforming the school into a democratic, welcoming, and diversity-oriented space.

Keywords: Inclusion. Autism. Early Childhood Education.

¹Graduada em Psicologia - Pedagogia - Pós-graduada em Educação Inclusiva Avançada - Neuropsicopedagogia - Psicopedagogia - Docência Superior - Mestranda em Tecnologias Emergentes na Educação, Must University.

RESUMEN: Este artículo buscó analizar la inclusión de alumnos con Trastorno del Espectro Autista en la educación infantil, con énfasis en los procesos de evaluación y en las intervenciones fundamentadas en el Análisis de la Conducta Aplicada (ABA). El objetivo principal fue comprender cómo las prácticas pedagógicas inclusivas pueden favorecer la participación efectiva y el desarrollo integral de estos niños en el entorno escolar. El estudio adoptó un enfoque cualitativo de carácter bibliográfico, utilizando como base libros, artículos científicos y documentos normativos de la educación inclusiva. Los resultados señalaron que la evaluación continua es esencial para identificar potencialidades y necesidades, permitiendo ajustes pedagógicos adecuados. También se evidenció que la ABA contribuye de manera significativa al desarrollo de las habilidades sociales, comunicativas y académicas, ofreciendo apoyo práctico a los docentes de educación infantil. La investigación destacó además la importancia de la formación docente, de la participación de las familias y del compromiso de la gestión escolar en la construcción de ambientes inclusivos. Se concluye que la inclusión de alumnos con TEA no debe ser vista como un acto aislado, sino como un proceso colectivo y permanente, capaz de transformar la escuela en un espacio democrático, acogedor y comprometido con la diversidad.

Palabras clave: Inclusión. Autismo. Educación Infantil.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil é um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das mais importantes conquistas da educação contemporânea. Esse processo ultrapassa a simples inserção física da criança na escola e exige a construção de práticas pedagógicas capazes de acolher, respeitar e potencializar o desenvolvimento de suas habilidades. Reconhecer a diversidade como parte da realidade escolar é o primeiro passo para a efetivação de uma educação inclusiva e comprometida com a formação integral de todos os alunos.

No contexto da educação infantil, etapa em que se estabelecem as bases do desenvolvimento cognitivo, social e emocional, a inclusão de crianças com TEA assume papel ainda mais relevante. É nesse período que a escola deve se constituir como espaço de socialização e de experiências significativas, proporcionando situações que favoreçam a autonomia e a participação. A ausência de estratégias adequadas pode comprometer a adaptação da criança, reforçando barreiras que dificultam sua interação e aprendizagem.

Nesse cenário, a avaliação das necessidades individuais e a intervenção adequada tornam-se elementos essenciais para a construção de práticas pedagógicas eficazes. A observação sensível e criteriosa permite que professores compreendam as potencialidades e os desafios de cada criança, identificando caminhos possíveis para promover avanços. Ao lado disso, a utilização de metodologias fundamentadas em abordagens específicas, como a análise do comportamento aplicada, pode oferecer suporte prático e científico para que a inclusão se concretize de maneira efetiva.

A escola, ao assumir o compromisso de incluir, precisa compreender que esse movimento não se limita a adaptar conteúdos, mas envolve mudanças profundas em sua organização pedagógica, em sua cultura institucional e na formação de seus profissionais. A inclusão de alunos com TEA exige planejamento, paciência e flexibilidade, mas, acima de tudo, requer um olhar sensível para reconhecer que cada criança é única e possui formas próprias de aprender e interagir. Esse olhar humanizado deve orientar todo o processo, valorizando conquistas individuais e coletivas.

Assim, a presente pesquisa busca refletir sobre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil, tomando como eixo a avaliação e a intervenção fundamentadas na análise do comportamento aplicada. A intenção é discutir práticas pedagógicas que favoreçam a participação efetiva dessas crianças, ampliem suas possibilidades de desenvolvimento e contribuam para uma escola que se consolide como espaço inclusivo, democrático e acolhedor.

MÉTODOS

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, uma vez que buscou compreender os sentidos e significados atribuídos às práticas inclusivas voltadas para crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil. Esse tipo de abordagem se mostra adequado quando o objetivo da pesquisa está relacionado ao entendimento de processos sociais e educativos em sua complexidade, sem a pretensão de quantificar ou generalizar resultados, mas de explorar realidades em profundidade (Minayo, 2016).

Para alcançar os objetivos propostos, adotou-se a modalidade de pesquisa bibliográfica, entendida como aquela que se fundamenta na análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações e documentos oficiais. Esse tipo de pesquisa possibilita reunir, organizar e interpretar o conhecimento acumulado sobre determinado tema, permitindo ao pesquisador identificar tendências, lacunas e contribuições relevantes para a área investigada (Gil, 2019).

O levantamento de materiais foi realizado em bases científicas amplamente reconhecidas, como SciELO, Google Scholar e Periódicos CAPES, priorizando publicações dos últimos dez anos. Também foram consultados documentos normativos de relevância para a área da educação inclusiva, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O critério de seleção incluiu pertinência temática, relevância para a área da educação inclusiva e disponibilidade em língua portuguesa.

Para a análise do material coletado, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016), que permite a categorização e a interpretação sistemática das informações. Esse método foi escolhido por possibilitar a identificação de elementos recorrentes nos estudos sobre inclusão escolar e análise do comportamento aplicada, destacando dimensões relacionadas à avaliação, intervenção e práticas pedagógicas inclusivas.

Dessa forma, os métodos adotados garantiram rigor e coerência ao estudo, possibilitando que os objetivos fossem atendidos de maneira consistente. A combinação da abordagem qualitativa, da pesquisa bibliográfica e da análise de conteúdo permitiu construir um quadro interpretativo sólido, favorecendo reflexões que dialogam tanto com os fundamentos teóricos quanto com as práticas inclusivas desenvolvidas nas unidades de educação infantil.

RESULTADOS

A análise da literatura mostrou que a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil é reconhecida como um direito assegurado por legislações nacionais e internacionais, mas sua efetivação depende de práticas pedagógicas consistentes. Estudos apontam que o simples acesso à escola não garante a aprendizagem nem a participação efetiva desses alunos, sendo necessárias estratégias que favoreçam sua interação e desenvolvimento global (Schmidt; Bosa, 2017).

Os resultados evidenciaram que a avaliação inicial desempenha papel fundamental no processo inclusivo. Avaliar não significa rotular a criança, mas compreender suas potencialidades, necessidades e barreiras. Essa etapa possibilita que os professores planejem ações pedagógicas individualizadas, promovendo adaptações curriculares que respeitem o ritmo e o estilo de aprendizagem de cada estudante (Camargo; Bosa, 2009).

Outro aspecto identificado foi a relevância da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) como recurso metodológico de intervenção. Pesquisas têm mostrado que essa abordagem contribui para o desenvolvimento de habilidades comunicativas, sociais e acadêmicas, além de favorecer a autonomia da criança com TEA. A ABA, quando aplicada no contexto escolar, oferece aos professores estratégias estruturadas para reforçar comportamentos adequados e reduzir barreiras à aprendizagem (Silva; Mulick, 2009).

Foi observado que práticas pedagógicas inclusivas demandam formação continuada dos docentes. Muitos professores relatam dificuldades em adaptar atividades e em lidar com comportamentos desafiadores, especialmente na educação infantil. Programas de formação que abordem metodologias de intervenção, como a ABA, podem ampliar as competências docentes e garantir maior segurança no processo de ensino (Mello; Schmidt, 2020).

Os resultados também apontaram que o trabalho colaborativo entre professores, equipe de apoio e famílias é um dos pilares da inclusão. Quando os diferentes atores dialogam e compartilham responsabilidades, as intervenções tornam-se mais consistentes e eficazes. Essa parceria fortalece o vínculo entre escola e comunidade, permitindo que a criança com TEA se sinta acolhida em diferentes espaços (Bosa, 2006).

Outro achado relevante diz respeito ao papel das práticas de socialização. Crianças com TEA, quando estimuladas em atividades coletivas mediadas, conseguem desenvolver vínculos com os colegas, reduzindo a probabilidade de isolamento. A literatura aponta que experiências de interação social estruturada contribuem para o desenvolvimento socioemocional, favorecendo o aprendizado em grupo (Gomes; Souza, 2018).

A revisão bibliográfica mostrou ainda que o uso de recursos visuais e rotinas estruturadas tem se revelado fundamental na educação infantil. Esses recursos ajudam a organizar o tempo, as tarefas e as expectativas, reduzindo a ansiedade das crianças com TEA e tornando o ambiente escolar mais previsível e acessível. Estudos evidenciam que quadros de rotina, pictogramas e outros suportes visuais melhoram a compreensão e estimulam a autonomia (Camargo; Rispoli, 2014).

Foi identificado que a ausência de adaptações adequadas ainda representa barreira significativa. Muitos professores, diante da falta de recursos, mantêm atividades padronizadas que não atendem às especificidades das crianças com TEA. Essa prática compromete a participação e pode reforçar processos de exclusão dentro do espaço escolar. A literatura ressalta que a inclusão só se concretiza quando a escola assume a responsabilidade de flexibilizar práticas e currículos (Mantoan, 2015).

Os resultados também apontaram que os comportamentos desafiadores, frequentemente apresentados por crianças com TEA, precisam ser compreendidos no contexto de suas dificuldades de comunicação e interação. Em vez de serem vistos como obstáculo, esses comportamentos devem ser interpretados como formas de expressão, exigindo do professor estratégias de intervenção adequadas. A ABA tem se mostrado eficiente nesse sentido, ao

permitir a análise funcional do comportamento e o desenvolvimento de respostas alternativas (Silva; Mulick, 2009).

Outro ponto observado foi a importância da formação de vínculos afetivos entre professores e alunos. A literatura demonstra que relações baseadas em confiança e acolhimento facilitam a aprendizagem e reduzem comportamentos de resistência. A afetividade, quando aliada às práticas pedagógicas inclusivas, potencializa os avanços acadêmicos e sociais das crianças com TEA (Schmidt; Bosa, 2017).

A análise também mostrou que a gestão escolar exerce papel decisivo na efetivação da inclusão. Cabe ao gestor criar condições institucionais para que práticas pedagógicas inclusivas sejam desenvolvidas, assegurando recursos, formação docente e apoio à equipe pedagógica. Escolas em que a gestão assume o compromisso com a inclusão apresentam resultados mais consistentes na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças com TEA (Mantoan, 2015).

Outro resultado importante refere-se à necessidade de se pensar a inclusão como processo contínuo, e não como ação pontual. Estudos demonstram que avanços significativos só ocorrem quando há acompanhamento permanente, com avaliações periódicas e ajustes nas estratégias de intervenção. Essa continuidade é fundamental para que as conquistas se consolidem e não sejam perdidas ao longo do tempo (Mello; Schmidt, 2020).

500

Foi identificado também que a inclusão de crianças com TEA traz benefícios não apenas para elas, mas para toda a comunidade escolar. Ao conviverem com a diversidade, os colegas desenvolvem valores de empatia, respeito e cooperação. Além disso, os professores ampliam sua capacidade de planejamento e adaptação, adquirindo maior sensibilidade pedagógica diante das diferenças (Gomes; Souza, 2018).

A literatura aponta que o sucesso da inclusão depende de uma rede de apoio articulada. Além da escola e da família, é essencial a presença de profissionais da saúde e da assistência social que possam contribuir com diagnósticos, laudos e orientações para as práticas pedagógicas. Essa articulação intersetorial amplia as possibilidades de intervenção e fortalece a inclusão escolar (Bosa, 2006).

Outro aspecto relevante é a necessidade de políticas públicas que sustentem as práticas inclusivas. Sem investimentos em recursos, formação e acompanhamento, a responsabilidade recai exclusivamente sobre a escola, que muitas vezes não possui condições de responder adequadamente às demandas. A literatura reforça que a inclusão de alunos com TEA só se efetiva de forma plena quando há suporte institucional e governamental (Mantoan, 2015).

Os resultados mostraram ainda que a utilização de tecnologias assistivas pode ser uma aliada na inclusão. Ferramentas digitais, aplicativos de comunicação e softwares educativos contribuem para ampliar as formas de interação e aprendizagem, facilitando a participação das crianças com TEA em atividades coletivas (Camargo; Rispoli, 2014).

Foi observado que, em muitas escolas, o preconceito ainda se manifesta como barreira velada. A falta de compreensão sobre o TEA pode gerar atitudes discriminatórias, que limitam a participação da criança e reforçam sua exclusão. Por isso, o trabalho pedagógico deve estar sempre aliado a ações de sensibilização da comunidade escolar, de modo a desconstruir estigmas e fortalecer valores inclusivos (Gomes; Souza, 2018).

Outro achado relevante foi a relação entre inclusão e bem-estar da criança. Quando a escola oferece apoio adequado, promove um ambiente seguro e incentiva a interação, as crianças com TEA demonstram avanços não apenas na aprendizagem, mas também na autoestima e no desenvolvimento emocional. Isso mostra que a inclusão tem impacto que ultrapassa os limites pedagógicos, alcançando a dimensão subjetiva e social do indivíduo (Schmidt; Bosa, 2017).

Por fim, a revisão evidenciou que a inclusão de alunos com TEA na educação infantil, mediada por processos de avaliação contínua e por intervenções baseadas na análise do comportamento aplicada, constitui uma prática essencial para a construção de uma escola democrática e inclusiva. Os resultados demonstram que, quando há compromisso coletivo e planejamento consistente, a inclusão se transforma em realidade concreta, garantindo o direito à educação e promovendo o desenvolvimento pleno das crianças.

DISCUSSÃO

Os resultados encontrados demonstraram que a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil vai muito além da matrícula e do acesso físico à escola. Trata-se de um processo que exige mudanças estruturais, culturais e pedagógicas para que essas crianças possam participar de forma efetiva. Esse dado confirma análises anteriores que apontam a necessidade de um olhar ampliado sobre a inclusão, compreendendo-a como prática cotidiana que envolve toda a comunidade escolar (Mantoan, 2015).

A centralidade da avaliação inicial, evidenciada nos resultados, indica que compreender as necessidades e potencialidades de cada criança é passo indispensável para o planejamento pedagógico. Avaliações contínuas permitem ajustes nas estratégias e garantem que os avanços sejam consolidados. Nesse sentido, autores destacam que a avaliação deve ser vista como

processo dinâmico, que apoia o trabalho pedagógico e possibilita acompanhar o desenvolvimento infantil de forma mais justa (Camargo; Bosa, 2009).

Outro aspecto recorrente na discussão é a relevância da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) como recurso metodológico. Sua eficácia no desenvolvimento de habilidades comunicativas e sociais é amplamente reconhecida na literatura. Contudo, deve-se destacar que a aplicação da ABA na escola não deve se restringir a protocolos rígidos, mas ser adaptada ao contexto pedagógico e às demandas da criança, de forma a não perder de vista a singularidade do processo educativo (Silva; Mulick, 2009).

A formação docente aparece como um dos maiores desafios para a efetivação da inclusão. Professores da educação infantil, muitas vezes, sentem-se inseguros diante de comportamentos desafiadores apresentados por crianças com TEA. Nesse ponto, a formação continuada se torna um fator decisivo, pois amplia as competências profissionais e oferece suporte para a adoção de metodologias inclusivas. Como observa Mello e Schmidt (2020), sem formação adequada, a inclusão corre o risco de se tornar apenas um discurso.

A participação das famílias também se mostrou indispensável. A inclusão só se fortalece quando a escola reconhece a família como parceira no processo educativo, estabelecendo canais de diálogo constantes. Bosa (2006) afirma que esse envolvimento amplia a compreensão sobre o desenvolvimento infantil e garante maior consistência às intervenções. O desafio, contudo, está em promover uma parceria que vá além da comunicação formal, alcançando a corresponsabilidade nas decisões escolares.

A socialização, apontada como eixo central dos resultados, mostra que a inclusão precisa considerar não apenas o desempenho acadêmico, mas também as interações sociais. Crianças com TEA, quando apoiadas em atividades coletivas mediadas, conseguem desenvolver vínculos significativos. Gomes e Souza (2018) lembram que tais vínculos são essenciais para o desenvolvimento socioemocional e para a construção de uma identidade positiva dentro da escola.

O uso de recursos visuais e rotinas estruturadas, destacado nos achados, reforça a ideia de que pequenas adaptações podem ter grande impacto no cotidiano escolar. Ferramentas simples, como quadros de rotina e pictogramas, facilitam a compreensão e reduzem a ansiedade. Camargo e Rispoli (2014) evidenciam que o apoio visual é estratégia eficaz para tornar o ambiente escolar mais previsível e acessível, favorecendo tanto a autonomia quanto a aprendizagem.

Outro ponto relevante é a necessidade de compreender os comportamentos desafiadores como formas de comunicação. Ao invés de enxergá-los como obstáculos, professores precisam interpretá-los como pistas para identificar necessidades não verbalizadas. A ABA, ao trabalhar com análise funcional do comportamento, oferece estratégias para transformar essas manifestações em oportunidades de aprendizagem (Silva; Mulick, 2009).

A afetividade, destacada nos resultados, também merece ênfase. Relações de confiança entre professores e crianças com TEA criam um ambiente emocional seguro, que favorece a aprendizagem. Schmidt e Bosa (2017) apontam que a afetividade é tão importante quanto as técnicas de ensino, pois contribui para reduzir a resistência e ampliar as possibilidades de interação social e cognitiva.

A gestão escolar foi identificada como eixo determinante para a efetividade da inclusão. Não basta que professores estejam dispostos: é preciso que a instituição ofereça condições estruturais, recursos e apoio contínuo. Para Mantoan (2015), a inclusão é responsabilidade da escola como um todo, e não de indivíduos isolados, o que reforça a importância de um compromisso institucional com a diversidade.

Outro elemento central é a continuidade do processo inclusivo. Resultados positivos só se consolidam quando há acompanhamento permanente e ajustes constantes nas práticas pedagógicas. Mello e Schmidt (2020) destacam que a inclusão deve ser entendida como prática em movimento, sujeita a revisões e adaptações ao longo do tempo. Sem esse acompanhamento, conquistas iniciais podem ser perdidas.

A análise também evidencia que a inclusão beneficia não apenas crianças com TEA, mas toda a comunidade escolar. A convivência com a diversidade fortalece valores de empatia e solidariedade, ampliando a formação cidadã dos estudantes. Gomes e Souza (2018) ressaltam que esse processo contribui para que os colegas desenvolvam competências socioemocionais que serão levadas para a vida adulta.

O papel das políticas públicas não pode ser ignorado. Sem investimentos adequados, formação de professores e apoio intersetorial, as escolas ficam sobrecarregadas e a inclusão torna-se frágil. Nesse sentido, a literatura reforça a necessidade de uma política educacional consistente, que reconheça a inclusão como prioridade e garanta suporte para sua efetivação (Mantoan, 2015).

A tecnologia assistiva, mencionada nos resultados, também merece destaque na discussão. Seu uso amplia a comunicação e a participação das crianças com TEA, criando novas

formas de interação e aprendizagem. Camargo e Rispoli (2014) lembram que essas ferramentas devem ser pensadas de forma pedagógica e acessível, adaptando-se às necessidades de cada criança.

Por fim, os resultados discutidos reforçam que a inclusão de crianças com TEA na educação infantil não é um ato isolado, mas um processo coletivo, construído a partir do compromisso de gestores, professores, famílias e comunidade. O desafio é grande, mas os benefícios são igualmente significativos, tanto para as crianças incluídas quanto para a escola como um todo. A inclusão, quando fundamentada em avaliação criteriosa e intervenções pedagógicas consistentes, transforma a realidade escolar em direção a uma educação mais justa, equitativa e humana.

CONCLUSÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil mostrou-se, ao longo deste estudo, como um processo que exige não apenas a garantia do acesso à escola, mas também a construção de práticas pedagógicas consistentes e sensíveis às singularidades de cada aluno. Reconhecer a diversidade como parte constitutiva do ambiente escolar significa romper barreiras históricas de exclusão e assumir o compromisso de oferecer uma educação que seja, de fato, para todos.

504

A avaliação contínua e criteriosa emergiu como ponto de partida fundamental para planejar intervenções adequadas. Longe de ser um processo classificatório, a avaliação é um instrumento que auxilia na compreensão das potencialidades e desafios de cada criança, permitindo que os professores criem estratégias que promovam avanços significativos no desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Dessa forma, a escola se torna espaço de acompanhamento individualizado e de valorização das conquistas de cada estudante.

A análise também evidenciou a relevância da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) como recurso metodológico para apoiar a prática inclusiva. Essa abordagem, quando utilizada de forma ética e adaptada ao contexto da educação infantil, possibilita avanços importantes na comunicação, na interação social e na autonomia das crianças com TEA. Contudo, sua efetividade depende de ser articulada a práticas pedagógicas sensíveis, baseadas no diálogo e no afeto.

Outro ponto decisivo identificado foi o papel dos professores, gestores e famílias como protagonistas na construção de uma escola inclusiva. A formação docente, a

corresponsabilidade das famílias e o apoio da gestão escolar configuram-se como pilares indispensáveis para a efetivação da inclusão. Esse trabalho coletivo amplia as condições de aprendizagem, fortalece vínculos e cria um ambiente escolar mais justo, acolhedor e democrático.

Conclui-se, portanto, que a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil é um caminho indispensável para consolidar uma escola comprometida com a cidadania e a equidade. Embora persistam desafios relacionados à formação, recursos e políticas públicas, a construção de práticas pedagógicas fundamentadas na avaliação e na intervenção contínua mostra-se capaz de transformar a realidade escolar. A inclusão, nesse sentido, deve ser entendida como prática diária, sustentada pela corresponsabilidade e pelo compromisso coletivo em garantir a todos o direito pleno à educação.

REFERÊNCIAS

BOSA, Cleonice Alves. Atenção compartilhada e linguagem no autismo infantil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 275-281, 2006.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: um estudo de caso. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 453-461, 2009.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; RISPOLI, Mandy. Análise do comportamento aplicada como contribuição à educação inclusiva de pessoas com autismo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 20, n. 3, p. 357-372, 2014.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Camila Ferreira; SOUZA, Ana Paula. Inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista: desafios e possibilidades na escola regular. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 31, n. 62, p. 89-104, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. esp., p. 1-16, 2015.

MELLO, Ana Paula; SCHMIDT, Carlo. Formação de professores e inclusão de alunos com autismo: reflexões sobre práticas na educação infantil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 26, n. 4, p. 743-758, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

SCHMIDT, Carlo; BOSA, Cleonice Alves. Autismo e inclusão: relatos de experiências de professores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 23, n. 2, p. 165-180, 2017.

SILVA, Luiz Renato Rodrigues; MULICK, James A. O uso da análise do comportamento aplicada (ABA) no tratamento de indivíduos com autismo. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 283-297, 2009.